

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.604 - SP (2019/0124185-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO
SÓCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA -
SP
ADVOGADOS : BRUNA BERNARDETE DOMINE - SP235967
THATIANA DAVID BORGES - SP251764
AGRAVADO : P H DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ADVOGADO : PAULO MIGUEL DOS ANJOS - SP244001

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, em agravo de instrumento e embargos de declaração, assim ementados respectivamente:

PROCESSUAL CIVIL. Tutela de Urgência. Subsistente a decisão que a denegou, uma vez que o substrato documental disponível informa a regularidade da penalidade imposta à agravante, relativa à vedação de licitar e contratar com a Administração por dois anos, decorrente de incontroverso inadimplemento contratual. Probabilidade do direito afirmado na inicial não configurada. Inteligência do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO (fl. 233).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARBITRAMENTO DESCABIDO, UMA VEZ QUE O ACÓRDÃO ATACADO NÃO IMPLICOU EXTINÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, DO FEITO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 85, *CAPUT*, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EXAME DA DOUTRINA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS (fls. 249).

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 85, § 1º, do CPC/2015, consignando que:

Não há de se perquirir se a decisão recorrida foi ou não mantida em sede recursal. O que deve ser analisado é se houve ou não sucumbência por parte do recorrente. *In casu*, verifica-se a ocorrência de sucumbência, vez que

o Tribunal "*a quo*" não acolheu a pretensão recursal da ora Recorrida, negando provimento ao agravo de instrumento. Como consectário lógico, deveria o Tribunal fixar verba honorária a favor da parte Recorrida que, inclusive, apresentou contrarrazões ao referido recurso (fls. 269).

É o relatório. Decido.

Incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: "A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito'" (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente